

Relatório de Primavera

Benzodiazepinas e medicamentos oncológicos em destaque

O Relatório de Primavera 2016, do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS), apresentado no dia 14 de junho, alerta, entre vários aspetos, que é preciso assumir a prescrição de benzodiazepinas como um problema de Saúde Pública, mas também defende a dispensa de medicamentos contra o cancro em Farmácia Comunitária, tal como está previsto com os antirretrovirais, uma vez que iria «facilitar o acesso dos doentes a este tipo de medicação».



“Saúde: Procuram-se novos caminhos” foi o tema em que os especialistas se focaram este ano. Entre as principais conclusões, o documento assinala que «Portugal é um País que historicamente apresenta desigualdades em Saúde pronunciadas», sendo que «nos últimos anos essas desigualdades foram perpetuadas e agravadas» e a análise efetuada permitiu revelar que estas «têm sido sistematicamente superiores às observadas noutros países europeus, na última década, e continuam a estar intimamente associadas aos fatores socioeconómicos (rendimento, educação, género, exclusão, idade – crianças e idosos).

Prescrição de benzodiazepinas

Os autores do documento afirmam que «sem querer diabolizar esta classe farmacológica, útil e necessária, é preciso assumir a existência de um problema de Saúde Pública na prescrição de benzodiazepinas».

Estes medicamentos tranquilizantes, associados a casos de dependência ou privação, estão sob controlo e vigilância internacional, lembram os autores do estudo, mas não há

ainda métodos eficazes que monitorizar estas substâncias na comunidade.

Além de «uma atenção redobrada» e de uma estreita colaboração entre os serviços especializados de saúde mental e os centros de saúde, os especialistas defendem ser absolutamente necessário estudar este problema e perceber se a venda livre destas substâncias ainda continua a ocorrer. E citam, inclusivamente, um estudo com uma amostra de doentes internados ao longo de um ano num serviço de psiquiatria em Portugal a quem foram doseadas as benzodiazepinas na altura do internamento.

Quatro quintos dos doentes apresentavam valores superiores a uma média de oito comprimidos de 10 miligramas de diazepam por dia (80mg), o que o OPSS considera «deveras preocupante».

Medicamentos oncológicos

O Relatório de primavera defende igualmente a dispensa de medicamentos oncológicos em Farmácia Comunitária, tal como está previsto para o VIH/sida.

Nas conclusões do documento, que entre outros temas analisou a questão do acesso aos

medicamentos, os autores analisaram as questões relacionadas com as garantias de adesão à terapêutica antirretroviral. Na base desta análise esteve um despacho deste ano «que valoriza o papel das farmácias comunitárias enquanto agentes de prestação de cuidados e do desenvolvimento de medidas de apoio à utilização racional do medicamento para nelas se ensaiar a delegação parcial da administração de terapêutica oral em oncologia e doenças transmissíveis».

«O ensaio piloto está a ser aguardado com grande expectativa, pois permitirá verificar as questões processuais e as potenciais implicações na acessibilidade e na adesão à terapêutica por parte dos doentes», indica o documento.

Os autores consideram premente a «necessidade de capacitar os doentes e os profissionais de saúde, nomeadamente os que irão começar a efetuar a dispensa destes medicamentos, para que possam prestar um melhor serviço e acompanhamento aos doentes VIH/sida».

Nesta matéria, alerta para «a importância de alargar este tipo de ensaio à terapêutica oncológica oral, em conformidade com o preconizado no Plano Nacional de Saúde, revisão e extensão a 2020, onde são identificadas as metas para 2020, que se centram nomeadamente na mortalidade prematura».

Tutela concorda com relatório

O Ministério da Saúde partilha as críticas do Relatório de Primavera, que identifica desigualdades elevadas em saúde, defendendo um sistema mais próximo da comunidade.

Segundo o secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, que participou na apresentação deste relatório, existem em Portugal desigualdades que se traduzem «numa melhor saúde para os ricos e numa pior saúde para os pobres».

O relatório indica que as desigualdades em saúde em Portugal são elevadas e que os anos de «profunda recessão económica e de cortes orçamentais» tiveram consequências que ainda não são conhecidas. «Portugal tem vivido anos de profunda recessão económica e de cortes orçamentais em várias áreas, incluindo a saúde, educação e segurança social. Neste sentido, as desigualdades em saúde representam uma preocupação acrescida, à luz dos custos elevados que acarretam», lê-se no documento.

Para Manuel Delgado, estas desigualdades devem-se, em parte, às medidas levadas a cabo pelo anterior governo, que «passou ao lado destes cuidados». «O governo anterior deixou-nos, nesta matéria, uma herança pesada. Há populações que residem a centenas de quilómetros de equipamentos de saúde essenciais, enquanto outras usam-nos com redundância», afirmou.

No lugar de uma visão focada no hospital, o secretário de Estado da Saúde defende um modelo de saúde centrado na comunidade, com o qual acredita poder combater as assimetrias. «Constatamos que a crise e o seu impacto na saúde dominou as atenções nesses anos, tendo o OPSS apresentado ao longo desses anos diversas sugestões e alertas que poucas vezes foram tidos em conta», aponta o documento.

Os autores indicam que «o acentuado corte nas despesas com Saúde», que «fizeram baixar alguns pontos no ranking da OCDE, tiveram efeito mais acentuado nas despesas com medicamentos e recursos humanos».

«Esses cortes ultrapassaram os cortes propostos pela *troika* no Memorando de Entendimento e ainda estamos longe de conhecer o verdadeiro impacto no Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente nos ganhos em saúde obtidos ao longo dos últimos anos».

Em relação às desigualdades sociais em Saúde, os autores concluíram que estas são uma «evidência recente para Portugal», País onde existem «razões adicionais de preocupação».

«Sendo o cancro um dos claros determinantes para a mortalidade prematura, seria expectável que o acesso à terapêutica oncológica fosse identificado como prioritário», aponta o documento.

Na opinião dos autores, os novos caminhos nesta área devem passar por «medidas legislativas promotoras da melhoria no acesso ao tratamento, envolvendo todos os elos da cadeia do sistema de saúde, eliminando todo o tipo de desigualdades, e exigindo uma monitorização contínua que permita uma correta e esclarecida tomada de decisão».

O OPSS é uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, o Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. 🍏

dentispray

benzocaína

Embalagem
com frasco nebulizador de 5 ml
Benzocaína 50 mg/5 ml



Alívio imediato da dor de dentes



**VOLTE
A SORRIR EM
1 MINUTO**

Dentispray é um medicamento não sujeito a receita médica. Deve ler cuidadosamente as informações da embalagem e no folheto informativo. Não deve prolongar a utilização por mais de 48 horas. Deverá ter em atenção o risco da ocorrência de lesões traumáticas da mucosa oral enquanto anestesiada. Durante a utilização deste medicamento, aconselha-se a não ingerir alimentos sólidos que necessitem de mastigação. Em caso de dúvida ou persistência dos sintomas, consulte o seu médico ou farmacêutico.

À VENDA EM FARMÁCIAS CNP:2636082

Visite-nos em:



www.ferrazlynce.pt



FERRAZLYNCE
www.ferrazlynce.pt